

A sustentabilidade na prática: planejamento e resultados do primeiro ano do Plano de Logística Sustentável no TCE/SC

Sustainability in Practice: Planning and Outcomes of the First Year of the Sustainable Logistics Plan at the TCE/SC

Andressa Zancanaro de Abreu¹

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) – Florianópolis/SC, Brasil

Gabriel Augusto Schiochet²

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) – Florianópolis/SC, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2367-9809>

Resumo: Este trabalho analisa a implementação e o monitoramento do Plano de Logística Sustentável (PLS) 2025-2027 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos princípios ESG – *Environmental* (ambiental), *Social and Governance* (governança). A metodologia foi estruturada a partir de um diagnóstico socioambiental e da definição de oito eixos estratégicos, entre os quais se destacam a eficiência energética, a gestão de resíduos e a acessibilidade. Os resultados de 2025 revelam um Índice de Execução de 35,41% e maturidade de 46,94%, com 95,83% das ações cumprindo o cronograma, incluindo metas antecipadas em áreas críticas. Apesar de desafios em acessibilidade digital e compras compartilhadas, o engajamento institucional demonstra a transição para uma gestão pública indutora de sustentabilidade. O estudo conclui que o monitoramento contínuo é essencial para a governança responsável e para o alcance das metas trienais, o que indica avanço rumo à consolidação do Tribunal como referência para as demais instituições.

Palavras-chave: Agenda ASG. Plano de Logística Sustentável. PLS. Sustentabilidade. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

¹ Auditora Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Coordenadora da Comissão Ambiental, Social e de Governança (ASG) do TCE/SC. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Associação dos Magistrados Trabalhistas da 12ª Região (Amatra 12ª Região). Especialista em Controle Externo de Concessões de Serviço Público e Parcerias Público-Privadas pela Escola de Governo (Ena Brasil). Graduada em Direito pela Univali. Graduada em Administração pelo Centro Universitário Cidade Verde (Univece).

² Auditor Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Coordenador de Auditoria Interna (Controladoria) do TCE/SC (2024-2025). Especialista em Gestão Tributária pela Universidade Positivo (UP). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Graduado em Administração pelo Centro de Educação Superior Unifatecie. Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pelo Centro Universitário Cidade Verde (Univece).

Abstract: This study analyzes the implementation and monitoring of the 2025–2027 Sustainable Logistics Plan (SLP) of the Santa Catarina State Court of Accounts (TCE/SC), aligned with the 2030 Agenda and ESG principles. The methodology was structured around a socio-environmental diagnosis and the definition of eight strategic axes, including energy efficiency, waste management, and accessibility. The 2025 results reveal an Execution Index of 35.41% and a maturity level of 46.94%, with 95.83% of the actions complying with the established schedule, including targets achieved ahead of time in critical areas. Despite challenges related to digital accessibility and shared procurement, institutional engagement demonstrates the transition toward a sustainability-driven public management model. The study concludes that continuous monitoring is essential for responsible governance and for achieving the triennial goals, indicating progress toward consolidating the Court as a benchmark for other institutions.

Keywords: ESG Agenda. Sustainable Logistics Plan. SLP. Sustainability. Sustainable Development Goals.

Sumário: **1** Introdução – **2** A estruturação do Plano de Logística Sustentável (2025-2027) – **3** Da teoria à prática: o monitoramento da execução do PLS no exercício de 2025 – **4** Raio-X da operacionalização: um panorama geral da execução do PLS – **5** Métricas de desempenho: uma análise qualitativa dos indicadores monitorados – **6** Continuidade dos trabalhos: prioridades estratégicas e principais desafios – **7** Considerações finais – Referências

1 Introdução

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs uma agenda global estratégica, conhecida como Agenda 2030, na qual detalhou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A incorporação dessas metas na Administração Pública exige a adoção de medidas estruturais para adequar as operações estatais aos princípios da responsabilidade socioambiental, com a finalidade de promover a eficiência do gasto, de combater o desperdício e de reduzir o consumo de recursos.

No contexto nacional, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), instituído pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), atua com o objetivo de estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) desempenha ações voltadas à temática desde 2012, consolidadas a partir do Termo de Adesão firmado com a União, em 2013, para a implantação da A3P no âmbito da Instituição. A adoção do programa demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública, em conjunto com a preservação do meio ambiente (TCE/SC, 2025).

Para reafirmar o compromisso com as pautas sustentáveis e a governança responsável, a Alta Administração do TCE/SC instituiu, em 2022, por meio da Portaria N. TC-370/2022 (TCE/SC, 2022), a Comissão ASG para a implementação de ações de melhoria nos aspectos ambiental, social e de governança. A referida comissão recebeu a incumbência de realizar o diagnóstico socioambiental da Instituição e de

desenvolver uma cultura de sustentabilidade junto aos membros, aos servidores e aos colaboradores.

A premissa fundamental que norteia essas iniciativas baseia-se na constatação de que o TCE/SC, na condição de Tribunal da Governança Pública e órgão de controle externo, atua como indutor de políticas públicas sustentáveis. Tal posição impõe o dever de liderar pelo exemplo institucional, materializado na elaboração do seu Plano de Logística Sustentável (PLS) para o triênio 2025-2027 (TCE/SC, 2024). O plano alinha as prioridades administrativas aos ODS da ONU e à Agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*).

A partir desse contexto, este trabalho técnico apresenta a metodologia de estruturação do PLS da Corte de Contas catarinense e analisa os resultados aferidos no Relatório de Monitoramento do exercício de 2025 (TCE/SC, 2026). A avaliação desses dados evidencia o comprometimento institucional com a sustentabilidade e aponta as diretrizes necessárias para o aprimoramento contínuo da gestão pública.

2 A estruturação do Plano de Logística Sustentável (2025-2027)

A estruturação do PLS do TCE/SC para o triênio 2025-2027 materializa o alinhamento das prioridades administrativas da Instituição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas e às práticas da agenda ESG ou ASG (Ambiental, Social e Governança).

O documento estabelece as principais ações operacionais a serem implementadas para defender e preservar o meio ambiente, com a adoção da eficácia, da eficiência, da transparência e da moralidade como princípios orientadores das decisões de gestão. O plano destina-se a todos os integrantes do TCE/SC, o que abarca membros, servidores efetivos e comissionados, residentes, estagiários e colaboradores terceirizados.

A iniciativa objetiva instituir e consolidar práticas socioambientais, além de aprimorar ações já existentes no âmbito do órgão de controle. Para a concretização dessas metas, a Comissão Gestora do PLS (Comissão ASG) definiu a utilização adequada de metas e de indicadores de desempenho, a promoção da inclusão social, a otimização da qualidade de vida no trabalho e o fomento a um ambiente ético e íntegro.

2.1 Metodologia de criação do plano

A elaboração do PLS ocorreu a partir de uma metodologia estruturada em três fases distintas. A primeira etapa envolveu a capacitação dos servidores do TCE/SC, por meio da “Oficina de Elaboração de PLS”, realizada em junho de 2023.

Essa fase formativa contou com a parceria do Senado Federal, por intermédio do Programa Interlegis, e com o apoio da Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo.

Na segunda fase, a Comissão Gestora elaborou um diagnóstico socioambiental detalhado. O propósito desse levantamento consistiu em compreender a convergência entre as atividades para a criação do PLS e as ações desempenhadas por outras comissões temáticas e setores da Instituição.

A terceira fase abrangeu o processo prático de construção do documento, dividido em quatro passos principais. O fluxo iniciou com o mapeamento das ações e das boas práticas de sustentabilidade; avançou para o detalhamento por temas, a construção da série histórica de consumo, a definição de metas, a elaboração de indicadores e a associação aos ODS; prosseguiu para a disponibilização do plano de ação a todas as unidades, para o recebimento de contribuições; e encerrou com a validação pela Comissão ASG, aprovação pelo Pleno e publicação oficial.

2.2 Diagnóstico socioambiental

O diagnóstico socioambiental representou uma etapa crucial para o planejamento estratégico, executado sob a responsabilidade da Comissão ASG. A portaria de instituição da comissão incumbiu-a de realizar esse mapeamento analítico para a implementação de melhorias e para o desenvolvimento de uma cultura interna de sustentabilidade.

A elaboração do diagnóstico permitiu a identificação estruturada das ações em curso e das boas práticas já adotadas no Tribunal. A partir dos dados coletados, tornou-se viável o detalhamento das iniciativas por frentes específicas de atuação, bem como a construção da série histórica de consumo de recursos naturais e financeiros, como água e energia.

Além do levantamento de dados de infraestrutura, o processo buscou compreender e alinhar os esforços da Comissão ASG com as rotinas de outras comissões temáticas do órgão. Essa articulação interdisciplinar assegurou que o diagnóstico refletisse a realidade institucional de forma sistêmica, com a finalidade de subsidiar a definição de metas realistas e de parâmetros passíveis de monitoramento.

2.3 Eixos temáticos do PLS

A Comissão ASG, em conjunto com a Alta Administração do TCE/SC, estabeleceu a atuação do PLS a partir de oito temas prioritários: educação para a sustentabilidade, água, energia elétrica, gestão de resíduos, acessibilidade, compras públicas sustentáveis, qualidade de vida no ambiente de trabalho e ética e

integridade. Esses eixos estruturam o escopo de incidência do plano e facilitam o controle das metas propostas.

O primeiro tema, “Educação para a Sustentabilidade”, objetiva capacitar e sensibilizar os membros, os servidores e os colaboradores sobre as questões voltadas à consciência ambiental e à governança. A estratégia inclui a comunicação ampla e eficaz das atividades desenvolvidas para impulsionar o engajamento institucional.

O segundo eixo trata da “Água” e foca na redução quantitativa do consumo nas dependências do Tribunal. O plano estimula o consumo consciente, mediante ações educativas, e prevê a contratação de empresa especializada para realizar diagnóstico técnico e propor melhorias no aproveitamento dos recursos hídricos.

O tema “Energia Elétrica” trata da redução do consumo da rede, em sintonia com os ganhos gerados pela recente instalação de uma usina de Geração Elétrica Fotovoltaica no órgão. As diretrizes englobam a otimização no sistema de ar-condicionado, a redução do uso da iluminação artificial e a ampliação tecnológica com sensores de presença.

O quarto eixo, “Gestão de Resíduos”, estabelece o compromisso de aperfeiçoar o manejo e de reduzir a geração de materiais descartados na sede do TCE/SC. A ação estrutural de maior relevância nesse ponto é a contratação, a elaboração e a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

A “Acessibilidade”, quinto tema do PLS, é abordada sob três perspectivas complementares: física, digital e informacional. As ações propostas abrangem a readequação das instalações, em conformidade com as exigências legais, o aperfeiçoamento dos recursos de tradução para Libras no Portal da Transparência e a disponibilização de recursos de audiodescrição em eventos oficiais.

O sexto eixo, referente às “Compras Públicas Sustentáveis”, impõe a adoção de critérios de impacto socioambiental nas contratações realizadas pelo órgão, de forma efetiva e normatizada. Entre os procedimentos, destaca-se a inserção mandatória desses critérios nos modelos padronizados de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e de Termo de Referência (TR).

O sétimo tema direciona a atenção para a “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”. As ações priorizam a manutenção da saúde física e mental, a consolidação de uma conduta de tolerância zero ao assédio e a qualquer forma de discriminação, além da elaboração do Censo Funcional para o fomento de políticas de equidade.

Por fim, o oitavo eixo, “Ética e Integridade”, busca ratificar um ambiente de trabalho pautado pela probidade. A concretização desse objetivo depende da aplicação de treinamentos periódicos, da difusão contínua do Código de Ética e de Conduta e da edição de normativas para a aplicação de elementos de integridade na avaliação das contratações.

A integração desses oito eixos temáticos reflete a transição de uma visão meramente administrativa para uma gestão estratégica orientada por valores. Ao estabelecer metas específicas para cada frente de atuação, o TCE/SC assegura que o Plano de Logística Sustentável não se limite a um documento normativo, mas se converta em um instrumento de monitoramento contínuo. Essa estrutura sistêmica permite a aferição objetiva do desempenho institucional, cujos resultados e indicadores de maturidade alcançados no primeiro ciclo de execução serão detalhados a seguir.

3 Da teoria à prática: o monitoramento da execução do PLS no exercício de 2025

O PLS do TCE/SC para o ciclo 2025-2027 consolidou-se como o instrumento estratégico central para a integração transversal da sustentabilidade às práticas institucionais. O monitoramento referente ao exercício de 2025 marca a transição do planejamento para a execução efetiva e reafirma o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental, a ética e a eficiência na gestão pública.

Esse primeiro ciclo de acompanhamento demonstrou que as ações previstas já integram a rotina institucional com elevado grau de engajamento das equipes envolvidas. A transição para a prática revela uma cultura organizacional em amadurecimento, na qual a governança responsável se materializa em resultados mensuráveis que ultrapassam os limites do Tribunal e influenciam positivamente a sociedade e a administração pública catarinense.

O relatório evidencia que o PLS não é apenas um conjunto estático de metas, mas um processo contínuo de aprimoramento que busca um ambiente de trabalho mais saudável e inclusivo. Os tópicos a seguir detalham o desempenho das iniciativas em 2025 e as classificam conforme o cumprimento dos cronogramas e a natureza de sua implementação, o que assegura total transparência sobre o estágio atual do ciclo trienal.

3.1 Iniciativas concluídas no prazo previsto

O monitoramento do PLS do TCE/SC destaca o cumprimento rigoroso de metas essenciais para a governança pública responsável. No exercício de 2025, o Tribunal finalizou sete iniciativas dentro do cronograma original estabelecido no planejamento trienal. Essas ações abrangem quatro eixos estratégicos: Educação para a Sustentabilidade, Gestão de Resíduos, Compras Públicas Sustentáveis e Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.

No eixo voltado à educação para a sustentabilidade, a Instituição concluiu, até junho de 2025, a elaboração do Plano de Capacitação e do Plano de Comunicação Estratégica.

Quanto à gestão de resíduos, a equipe técnica finalizou os estudos prévios e o Termo de Referência necessários para instituir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Corte de Contas.

Para o fortalecimento das compras públicas sustentáveis, o Tribunal revisou e incluiu critérios socioambientais nos modelos oficiais de Estudo Técnico Preliminar e de Termo de Referência.

O eixo destinado a ações para melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho concentrou o maior volume de entregas tempestivas, com foco na saúde e no perfil do quadro funcional. Entre elas, destaca-se a implementação de diagnóstico de saúde física e mental dos servidores, por meio de um novo protocolo de consulta anual preventiva.

Além disso, a Diretoria de Gestão de Pessoas estabeleceu quatro indicadores específicos para avaliar, de forma contínua, as políticas de bem-estar e a saúde funcional. Por fim, o órgão realizou um Censo Funcional, o qual traçou o perfil estatístico de diversidade de gênero e raça entre 714 colaboradores.

O êxito na entrega dessas metas comprova o elevado compromisso das unidades administrativas com a execução planejada do PLS. Tal desempenho demonstra a capacidade institucional de operacionalizar diretrizes sustentáveis de forma eficaz e transparente. A conclusão pontual dessas ações estruturantes fornece a base técnica para o avanço das demais políticas de sustentabilidade nos exercícios subsequentes.

3.2 Ações finalizadas com antecipação

O monitoramento do PLS do TCE/SC revela desempenho superior ao inicialmente planejado, evidenciado pela conclusão antecipada de oito iniciativas estratégicas. Tal resultado demonstra não apenas a eficiência na condução das atividades, mas também o forte engajamento das áreas envolvidas na busca por entregas céleres e de elevada qualidade técnica.

No eixo relativo ao uso da água, o Tribunal antecipou a formalização do contrato para o diagnóstico hídrico e a propositura das medidas de redução de consumo. Quanto à energia elétrica, a equipe técnica identificou precocemente oportunidades de otimização nas estações de trabalho e promoveu a instalação de 30 novos sensores de presença para racionalizar o uso da iluminação. No âmbito da gestão de resíduos, a contratação para a elaboração do PGRS ocorreu meses antes do prazo estipulado.

No campo da acessibilidade também foram registrados avanços com a conclusão célere da assessoria para a adequação das instalações físicas às normas legais e de inclusão. Por fim, no eixo referente à qualidade de vida no ambiente de trabalho, a instituição implementou um canal seguro para denúncias de assédio e

aplicou a primeira pesquisa de clima organizacional, que contou com ampla adesão do corpo funcional.

A antecipação dessas metas em cinco frentes distintas reforça a capacidade de mobilização institucional do TCE/SC. Tais entregas contribuem para o cumprimento ampliado dos objetivos de sustentabilidade e elevam de forma imediata o índice de maturidade do plano. O sucesso dessas ações consolida a cultura de eficiência administrativa e assegura resultados concretos e duradouros para a gestão pública.

3.3 Iniciativas concluídas após o prazo inicial

O monitoramento do PLS do TCE/SC evidenciou que um número reduzido de ações demandou mais tempo para ser concluído. No exercício de 2025, duas iniciativas, ambas vinculadas ao eixo “Acessibilidade”, foram finalizadas após o prazo estipulado no cronograma original. O atraso decorreu da necessidade de estudos técnicos mais aprofundados para subsidiar as contratações e assegurar a conformidade com as normas legais e técnicas aplicáveis.

As ações em questão tratam da aquisição de equipamentos e da contratação de serviços de audiodescrição para os eventos promovidos pela Instituição. Embora a previsão inicial de entrega fosse junho de 2025, a formalização dos processos ocorreu em setembro do mesmo ano. Atualmente, essas atividades já foram executadas, o que comprova o avanço das metas de inclusão planejadas.

De acordo com o panorama geral da execução, essas ocorrências representam apenas 4,17% do total de iniciativas previstas, dado que preserva o alto índice de cumprimento dos prazos estabelecidos. A conclusão dessas ações, ainda que tenha exigido ajustes pontuais no cronograma, ratifica o compromisso institucional com a promoção da acessibilidade e com o aperfeiçoamento contínuo da governança pública responsável.

3.4 O desempenho das ações de natureza continuada

O monitoramento do PLS do TCE/SC dedica um capítulo específico às iniciativas de natureza continuada, as quais exigem execução periódica, devido ao seu caráter educativo e de sensibilização. Em 2025, havia 20 ações sob essa modalidade, com o objetivo de consolidar uma cultura de sustentabilidade de forma transversal em toda a Instituição.

O desempenho dessas iniciativas revela avanços em diversas frentes estratégicas, embora o relatório aponte metas que ainda carecem de execução. No eixo “Educação para a Sustentabilidade”, o Tribunal promoveu ações de conscientização e capacitação, incluindo a participação de servidores em seminários sobre

mudanças climáticas e campanhas educativas voltadas ao consumo consciente de energia, com destaque para os custos associados à manutenção de estações de trabalho ligadas fora do horário de expediente.

A gestão de resíduos apresentou resultados positivos com o desafio “Plástico Zero”, voltado à redução do uso de copos descartáveis, mas a conscientização para o uso responsável de papel não ocorreu no período. No campo da acessibilidade, o TCE/SC obteve o selo “5 Estrelas Cães de Assistência” e assegurou a tradução em Libras nas sessões de julgamento e em diversos eventos institucionais.

Quanto à qualidade de vida e à ética, o documento cita a realização de rodas de conversa sobre a mulher no ambiente de trabalho, de capacitação sobre letramento racial e de palestras sobre integridade e gestão de riscos. Além dessas iniciativas, o Tribunal promoveu a campanha “Respeito: de todos, para todos” e realizou o “Corregedoria Day”, com foco na saúde mental do corpo funcional.

Por outro lado, o eixo “Compras Públicas Sustentáveis” registrou desafios em sua execução, refletidos na redução de aproximadamente 96% do valor das contratações compartilhadas em relação a 2023, fato que demanda medidas voltadas ao aperfeiçoamento das relações institucionais em 2026. Além disso, ações voltadas ao consumo consciente de água e à capacitação para a descrição de conteúdos digitais não se concretizaram em 2025, estando previstas para implementação no próximo ciclo.

A execução das iniciativas continuadas demonstra a incorporação progressiva de práticas sustentáveis à rotina do Tribunal. O balanço do exercício evidencia o engajamento das unidades responsáveis, mas também reforça a necessidade de planejamento para as ações que não registraram movimentação no período. Assim, a persistência nesses esforços assegura que os resultados sejam duradouros e transformem a governança pública de modo eficaz.

3.5 Estágio de implementação das iniciativas em andamento

O Relatório de Monitoramento do PLS do TCE/SC (TCE/SC, 2026) detalha o estágio de implementação de 11 iniciativas que permanecem sob execução. Esse grupo representa 22,92% do total de ações planejadas para o ciclo e conta com o suporte técnico e o acompanhamento contínuo da Comissão ASG junto às unidades responsáveis.

No eixo “Acessibilidade”, a Diretoria de Tecnologia da Informação realiza o diagnóstico de conteúdos das mídias digitais com o auxílio da ferramenta *Lighthouse*, enquanto planeja a contratação de uma assessoria especializada para o tema. Simultaneamente, a Instituição avalia melhorias para o serviço de tradução em Libras do Portal da Transparência; contudo, os estudos indicam que o sistema “Hugo”, apesar de suas limitações, ainda é a melhor solução disponível

no mercado. Além disso, o Tribunal executa os ajustes finais para o lançamento do edital de obras destinadas à adaptação da estrutura física da sede.

A área de qualidade de vida no ambiente de trabalho concentra quatro ações que dependem de etapas preparatórias já finalizadas. A Diretoria de Gestão de Pessoas possui equipe técnica para o acolhimento de vítimas de assédio e realiza treinamentos de aprimoramento, embora ainda careça de formalização por meio de Portaria. Outras frentes desse eixo focam na elaboração de indicadores de saúde e no desenvolvimento de programas de bem-estar e crescimento profissional, os quais utilizam os dados do diagnóstico de saúde e da pesquisa de clima organizacional aplicados em 2025.

Quanto à ética e à integridade, o Tribunal avança na criação de uma normativa para mensurar o Grau de Risco à Integridade (GRI) em suas contratações, com tratativas em curso para a adoção de um sistema específico. No campo das compras públicas sustentáveis, um grupo de trabalho revisa a Resolução n. TC-90/2014 (TCE/SC, 2014) para adequá-la à Nova Lei de Licitações e Contratos e para definir percentuais mínimos para produtos orgânicos. Por fim, quanto ao eixo “Gestão de Resíduos” houve a conclusão da implantação do PGRS após a realização de treinamentos programados durante o primeiro semestre de 2026.

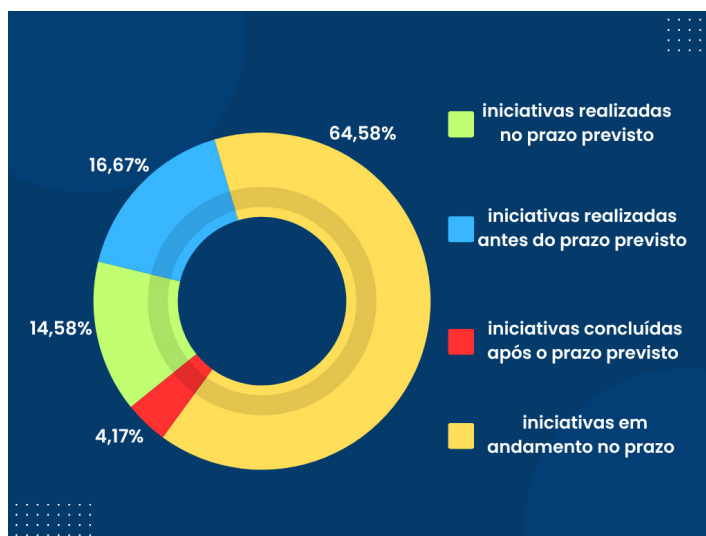
O acompanhamento rigoroso dessas iniciativas em andamento assegura a evolução consistente da maturidade institucional do Plano. A execução coordenada entre as diversas diretorias garante que os desafios técnicos e normativos recebam o tratamento adequado para o alcance das metas previstas no ciclo trienal.

4 Raio-X da operacionalização: um panorama geral da execução do PLS

O Raio-X da operacionalização do PLS oferece uma visão consolidada do estágio de execução das metas do TCE/SC para o ciclo de 2025. Esse panorama permite uma análise objetiva da situação das 48 iniciativas, distribuídas entre os oito eixos estratégicos de atuação institucional. A estrutura de monitoramento adotada pelo Tribunal assegura a transparência sobre o cumprimento dos prazos e a mobilização das unidades administrativas envolvidas.

A execução do plano revela elevado índice de conformidade técnica com o cronograma estabelecido, registrando 95,83% das ações em situação regular em relação ao planejamento original. Esse percentual é composto por três categorias distintas de desempenho: iniciativas finalizadas dentro do prazo estipulado (14,58%), ações concluídas de forma antecipada (16,67%) e projetos que permanecem em execução regular, conforme o cronograma previsto (64,58%).

Gráfico 1 – Situação final das iniciativas do PLS em 2025

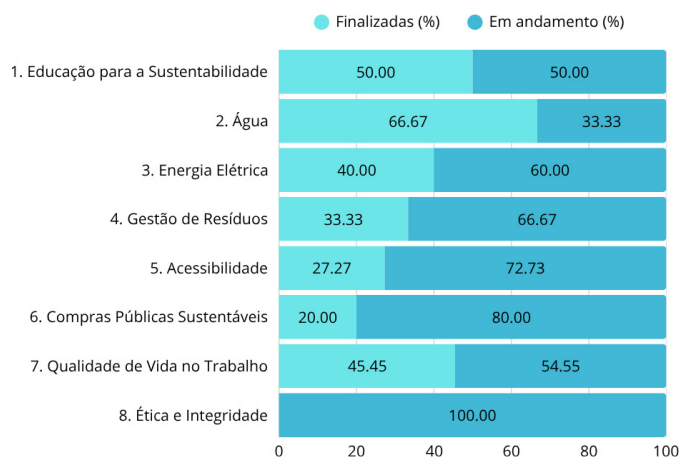


Fonte: TCE/SC (2026, p. 18).

Em contrapartida, apenas um pequeno volume de metas, equivalente a 4,17% do total, registrou atraso, com foco exclusivo em demandas técnicas de acessibilidade. Tal cenário demonstra que a maior parte dos eixos temáticos, como “Educação para a Sustentabilidade”, “Gestão de Resíduos” e “Compras Públicas Sustentáveis”, apresenta avanços significativos e alinhados ao planejamento estratégico da Instituição.

O sucesso dessa operacionalização decorre da gestão eficiente conduzida pela Comissão ASG, em conjunto com as diversas diretorias do Tribunal. A análise detalhada por eixo funcional permite que a administração identifique frentes de trabalho com resultados consolidados e pontos que demandam maior aporte de recursos ou atenção normativa para os exercícios futuros.

Gráfico 2 – Andamento das iniciativas por eixo do PLS – 2025



Fonte: TCE/SC (2026, p. 19).

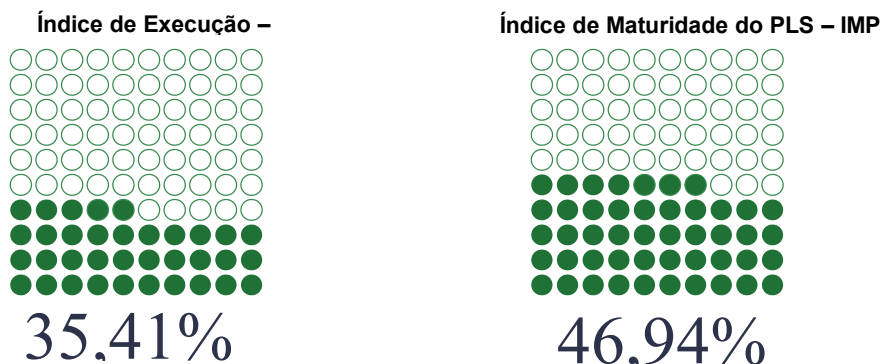
Em suma, o panorama geral da execução do PLS em 2025 ratifica a capacidade do TCE/SC de gerenciar metas complexas de sustentabilidade com rigor técnico e observância dos prazos estabelecidos. A trajetória observada aponta para a consolidação de uma cultura organizacional orientada pela eficiência e pela governança responsável. Assim, o estágio atual do plano assegura bases sólidas para que a Instituição cumpra integralmente os objetivos traçados para o ciclo trienal.

5 Métricas de desempenho: uma análise qualitativa dos indicadores monitorados

As métricas de desempenho do PLS do TCE/SC funcionam como instrumentos essenciais para aferir o avanço institucional rumo às metas de sustentabilidade. O monitoramento utiliza dois indicadores centrais para essa avaliação: o Índice de Execução do PLS (IEPLS) e o Índice de Maturidade do PLS (IMP). Esses índices permitem uma análise técnica sobre o impacto das atividades realizadas em 2025 e orientam o planejamento estratégico para os anos seguintes.

O IEPLS demonstra que o Tribunal já concluiu 35,41% das iniciativas previstas para o ciclo 2025-2027. Esse percentual corresponde à finalização de 17 das 48 ações estabelecidas no plano. De forma complementar, o IMP atingiu 46,94%, refletindo tanto as ações finalizadas quanto o progresso alcançado pelas iniciativas que permanecem em execução.

Gráfico 3 – Índice de Execução e Índice de Maturidade do PLS



Fonte: TCE/SC (2026, p. 20).

A análise qualitativa desses resultados revela êxitos significativos em áreas como acessibilidade, capacitação e gestão de resíduos. Tal desempenho atesta o compromisso das unidades administrativas com a incorporação de práticas socioambientais na estrutura do TCE/SC. Os indicadores de desempenho ratificam a evolução consistente da maturidade institucional do Tribunal perante os seus compromissos sustentáveis.

O alcance de quase metade do Índice de Maturidade no primeiro ano do ciclo trienal e a conclusão de um terço das iniciativas evidenciam a eficiência da gestão e o engajamento das equipes. Assim, os resultados de 2025 fornecem a base técnica necessária para que o TCE/SC mantenha o ritmo de execução e assegure o cumprimento integral do plano até o final de 2027.

6 Continuidade dos trabalhos: prioridades estratégicas e principais desafios

O TCE/SC identifica, no seu Relatório de Monitoramento, um conjunto de metas que exigem atenção redobrada e esforço coordenado para os próximos anos (TCE/SC, 2026). O objetivo central da Instituição consiste em manter o ritmo de entregas e iniciar os projetos que não registraram movimentação no primeiro ano do plano.

Entre os principais desafios normativos para 2026, destaca-se a necessidade de atualização ou revogação da Resolução n. TC-90/2014 (TCE/SC, 2014), tarefa essencial para adequar as contratações do Tribunal à Nova Lei de Licitações e Contratos. No campo da ética, a Corte projeta a criação de uma normativa específica para a mensuração do Grau de Risco à Integridade (GRI) nas suas contratações.

Na vertente tecnológica e de inclusão, o desafio reside no aperfeiçoamento da tradução em Libras do Portal da Transparência, uma vez que os estudos atuais apontam limitações no sistema “Hugo”, solução disponível no mercado que o órgão pretende substituir ou aprimorar com uma figura humana. Além disso, a gestão de pessoas deve utilizar o *feedback* das pesquisas de clima e os indicadores de saúde coletados em 2025 para o desenvolvimento de programas concretos voltados ao bem-estar e ao crescimento profissional dos servidores.

No âmbito das ações de natureza continuada, o Tribunal deverá retomar iniciativas de sensibilização que não foram realizadas em 2025, tais como o incentivo ao consumo consciente de água, a redução do uso de papel e a promoção da eficiência no uso dos sistemas de ar-condicionado.

Outro ponto que está demandando atenção em 2026 refere-se à recuperação dos valores de compras compartilhadas, que registraram queda de 96% em relação a 2023, exigindo a adoção de medidas para o fortalecimento das relações institucionais com outros órgãos públicos. Por fim, a implantação definitiva do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) ocorreu no primeiro semestre de 2026, acompanhada da realização de treinamentos específicos para o corpo funcional.

A superação desses obstáculos técnicos e administrativos é fundamental para a consolidação da maturidade institucional do Plano de Logística Sustentável. O empenho coletivo das unidades e o apoio da Comissão ASG garantem que esses desafios se transformem em resultados duradouros até o final do ciclo trienal. Dessa forma, o TCE/SC assegura a continuidade de sua trajetória como referência em governança pública responsável e sustentável.

7 Considerações finais

A implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TCE/SC para o ciclo 2025-2027 (TCE/SC, 2024) marca a consolidação definitiva de uma cultura institucional orientada pelos princípios da Agenda 2030 e pela governança ESG. Os dados do exercício de 2025 comprovam a eficácia da metodologia adotada pela Comissão ASG, com um Índice de Execução de 35,41% e um Índice de Maturidade que alcança 46,94% logo no primeiro ano do triênio. O alto índice de conformidade técnica, fixado em 95,83%, atesta o comprometimento do Tribunal com o cronograma original e com a entrega de resultados concretos à sociedade catarinense.

O sucesso na finalização antecipada de iniciativas em eixos como “Água”, “Energia Elétrica” e “Gestão de Resíduos” reflete a proatividade das equipes e a busca constante pela eficiência no gasto público. Mesmo diante de desafios técnicos específicos na área de acessibilidade, que representam apenas 4,17% de atraso, e da necessidade de ajustes estratégicos nas compras sustentáveis, a

trajetória percorrida assegura uma base técnica robusta para a continuidade dos trabalhos.

Em suma, a transição para as etapas subsequentes do ciclo trienal exige que o Tribunal não apenas mantenha o vigor das iniciativas já consolidadas, mas enfrente com agilidade os gargalos normativos e operacionais identificados, como a necessária atualização da Resolução n. TC-90/2014 (TCE/SC, 2014) e a reversão do declínio nas compras compartilhadas.

A efetividade dessa continuidade reside na capacidade de converter os diagnósticos de clima e saúde organizacional em políticas de bem-estar efetivas, ao mesmo tempo em que se aprimoram as ferramentas de acessibilidade digital e os mecanismos de controle de integridade. Ao priorizar a resolução desses obstáculos, a Instituição reafirma que o monitoramento é um mecanismo de aprendizado contínuo, fundamental para pavimentar o caminho rumo a uma gestão pública resiliente e plenamente alinhada aos pilares da governança social e ambiental.

A integração transversal dos oito eixos temáticos demonstra que a sustentabilidade deixou de ser um conceito abstrato para se tornar um instrumento vivo de gestão estratégica. O engajamento demonstrado pelas diversas diretorias e o detalhamento estatístico obtido pelo Censo Funcional fortalecem a transparência e a equidade no ambiente de trabalho. Em suma, o monitoramento de 2025 permitiu o cumprimento integral das metas socioambientais e éticas previstas para o ano, o que ratifica o papel do TCE/SC como exemplo de governança responsável.

Referências

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2026.

TCE/SC. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. *Plano de Logística Sustentável (PLS): 2025-2027*. Florianópolis: TCE/SC, 2024. Disponível em: <https://www.tcesc.tc.br/sites/default/files/Plano%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel%20TCESC%202025-2027%20final%20204.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2026.

TCE/SC. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Portaria n. TC-370, de 8 de setembro de 2022. *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas*. Disponível em: <https://leis.org/tcesc/lei/portaria/2022/370/portaria-n-370-2022-constitui-comissao-para-a-implementacao-de-aco-es-de-melhoria-nos-aspectos-ambiental-social-e-de-governanca-asg-deste-tribunal-de/?termo=370%2F2022>. Acesso em: 12 mai. 2026.

TCE/SC. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Portaria n. TC-143, de 27 de março de 2025. *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas*. Disponível em: <https://leis.org/tcesc/lei/portaria/2025/143/portaria-n-143-2025-torna-facultativa-a-utilizacao-da-logomarca-do-programa-agenda-ambiental-na-administracao-publica-nos-documentos-oficiais-e-extraoficiais-do-tribunal-de-contas-do-estado-de-santa/?termo=143%2F2025>. Acesso em: 12 mai. 2026.

TCE/SC. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. *Relatório de Monitoramento do Plano de Logística Sustentável (PLS): exercício de 2025*. Florianópolis: TCE/SC, 2026.

TCE/SC. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Resolução n. TC-90, de 7 de maio de 2014. *Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas*. Disponível em: <https://leis.org/tcesc/lei/resolucao/2014/90/resolucao-n-90-2014-dispoe-sobre-praticas-e-criterios-destinados-a-defesa-do-meio-ambiente-e-promocao-do-desenvolvimento-nacional-sustentavel-nas-contratacoes-de-bens-servicos-e-obras-no-ambito-do-tribunal-de-contas-do-de-santa/?termo=90%2F2014>. Acesso em: 12 mai. 2026.

UNITED NATIONS. Global Compact. *Who Cares Wins: Connecting the Financial Markets to a Changing World*. Geneva: UN, 2004. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/280911488968799581/pdf/113237-WP-WhoCaresWins-2004.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2026.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2025 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ABREU, Andressa Zancanaro de; SCHIOCHET, Gabriel Augusto. A sustentabilidade na prática: planejamento e resultados do primeiro ano do Plano de Logística Sustentável no TCE/SC. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – RTCE/SC*, Belo Horizonte, ano 4, n. 7, p. 193-208, maio/out. 2026. DOI: 10.52028/tce-sc.v04.i07.ART.09.SC.

Submetido em: 26.05.2026

Publicado em: 07.10.2026



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.